



PROJETO DE LEI Nº 93/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 09 FEV. 2015

1º Secretário

Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto de Assis Chateaubriand - PR, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand - PR.

Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública à Associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto de Assis Chateaubriand - PR, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand - PR.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de fevereiro de 2015.

ADEMAR LUIZ TRAIANO

Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto de Assis Chateaubriand - PR, fundada na data de 22 de dezembro de 2012, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand – PR, é uma pessoa jurídica de direito privado, associação sem fins lucrativos, de caráter beneficente de assistência social e que possui como objetivo primordial a prestação de serviços de saúde à população, sem discriminação de qualquer natureza, raça, cor, credo religioso e político.

Suas finalidades são, entre outras, as de ministrar assistência médica e hospitalar gratuita aos carentes, seja através do Sistema Único de Saúde - SUS, seja com recursos próprios; de manter e desenvolver o serviço hospitalar dentro das condições e técnicas sanitárias vigentes, aprimorando-se de acordo com seus recursos financeiros; e de promover assistência à maternidade, à infância e aos idosos.

Trata-se a associação de importante instituição para o Município, estando a cumprir relevante função social, a merecer a declaração de Utilidade Pública estadual, o que certamente trará melhorias às pessoas que buscam os seus serviços.

Diante do exposto, e tendo em vista que a Associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto de Assis Chateaubriand – PR preenche todos os requisitos legais para ser declarada de Utilidade Pública pelo Estado do Paraná, em conformidade com o disposto na Lei nº 17.826/2013, peço apoio de meus Ilustres pares para aprovar o presente Projeto de Lei, que indubitavelmente atende ao interesse público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 93/2015

Projeto de Lei nº. 93/2015
Autor: Deputado Ademar Traiano

Súmula: Concessão de Título de Utilidade Pública à **Associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto de Assis Chateaubriand – PR**, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand- PR.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual à **Associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto de Assis Chateaubriand – PR**, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra, óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 03 de março de 2015.

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Saletе s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

17.03.15

Dep. Scavaca
Dep. Claudio
Dep. Temp
Dep. Romualdo
Dep. Am
Francelino
Dep. Pastor
Dep. Juto
Dep. Carlos



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 135/2015

Dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou

e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná, com o objetivo de incentivar os adquirentes de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual a exigir do fornecedor a entrega de documento fiscal hábil.

Art. 2º A pessoa natural ou jurídica que adquirir mercadorias, bens ou serviços de transporte interestadual de estabelecimento fornecedor localizado no Estado do Paraná, que seja contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - ICMS, fará jus ao recebimento de créditos do Tesouro do Estado.

§ 1º Os créditos previstos no *caput* deste artigo somente poderão ser concedidos se:

I - o documento relativo à aquisição for um Documento Fiscal Eletrônico, assim entendido aquele constante de relação a ser divulgada pela Secretaria da Fazenda;

II - o adquirente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/MF; for:

- a) pessoa física;
- b) entidade de direito privado sem fins lucrativos, conforme disciplina a ser estabelecida pela Secretaria da Fazenda;
- c) condomínio edilício.

§ 2º Os créditos previstos no *caput* deste artigo não serão concedidos:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I - na hipótese de aquisições que não sejam sujeitas à tributação pelo ICMS;

II - relativamente às operações de fornecimento de energia elétrica e gás canalizado ou de prestação de serviço de comunicação;

III - se o adquirente for órgão da administração pública direta da União, dos Estados e dos Municípios, bem como suas autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelos Municípios; e

IV - na hipótese de o documento emitido pelo fornecedor:

a) não ser documento fiscal hábil;

b) não indicar corretamente o adquirente; e

c) tiver sido emitido mediante fraude, dolo ou simulação.

Art. 3º O valor correspondente a até 30% (trinta por cento) do ICMS que cada estabelecimento tenha efetivamente recolhido será distribuído como crédito entre os respectivos adquirentes de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual, favorecidos na forma do art. 2º e do inciso IV do art. 4º desta Lei, na proporção do valor de suas aquisições.

§ 1º Para fins de cálculo do valor do crédito a ser concedido aos adquirentes, será considerado:

I - o mês de referência em que ocorreram os fornecimentos; e

II - o valor do ICMS recolhido relativamente ao mês de referência indicado no inciso I deste artigo.

§ 2º A cada valor em compras definido pela Secretaria da Fazenda e registradas em Documentos Fiscais Eletrônicos, o adquirente fará jus a um cupom numerado para concorrer, gratuitamente e na forma a ser disciplinada pela Secretaria da Fazenda, a sorteio a que se refere o inciso III do art. 4º, desta Lei.

§ 3º O crédito calculado na forma deste artigo fica limitado a 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do valor do documento fiscal.

§ 4º Na hipótese de mercadoria, bem ou serviço adquirido de fornecedor cuja atividade econômica preponderante seja a indústria ou o comércio atacadista, o valor do



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

crédito será calculado por meio da multiplicação do valor da aquisição pelo Índice Médio de Crédito - IMC relativo ao mês da aquisição, observado o disposto nos §§ 5º a 7º, deste artigo.

§ 5º O crédito de que trata o § 4º deste artigo, será disponibilizado na forma, prazo e limites estabelecidos pela Secretaria da Fazenda.

§ 6º Compete à Secretaria da Fazenda calcular o IMC relativo ao mês da aquisição, com base no valor médio global efetivamente distribuído nos termos do *caput* deste artigo.

§ 7º Quando o fornecedor apurar o valor do ICMS devido nos termos do art. 25, da Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, deve ser considerado o conjunto de estabelecimentos existentes no Estado do Paraná.

Art. 4º A Secretaria da Fazenda poderá, atendidas as demais condições previstas nesta Lei:

I - estabelecer cronograma para a implantação do Programa de Estimulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná e definir o percentual de que trata o *caput* do art. 3º, desta Lei, em razão da atividade econômica preponderante, do regime de apuração do imposto, do porte econômico do fornecedor ou da região geográfica de localização do estabelecimento fornecedor;

II - autorizar o direito de crédito em relação a documentos fiscais emitidos em papel, desde que sejam objeto de Registro Eletrônico na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda;

III - instituir sistema de sorteio de prêmios, observando-se o disposto na legislação federal, para consumidor final que seja pessoa física, condomínio edilício e pessoa enquadrada no inciso IV deste artigo, identificado no Documento Fiscal Eletrônico relativo à aquisição;

IV - nas hipóteses em que o Documento Fiscal Eletrônico não indicar o nome do consumidor, permitir, segundo regulamento estabelecido pela Secretaria da Fazenda, que sejam indicadas, como favorecidas pelo crédito previsto no art. 2º desta Lei, entidades estabelecidas no Estado do Paraná, desde que, não tenham fins lucrativos e atuem nas seguintes áreas:

a) assistência social;

b) saúde;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

c) cultural ou desportiva; e

d) defesa e proteção animal;

V - disciplinar a execução do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná.

Art. 5º A pessoa natural ou jurídica que receber os créditos a que se refere o art. 2º desta Lei, na forma e nas condições estabelecidas em regulamento estabelecido pela Secretaria de Estado da Fazenda, poderá:

I - utilizar os créditos para reduzir o valor do débito do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA do exercício seguinte, relativo a veículo de sua propriedade;

II - solicitar depósito dos créditos em conta corrente ou poupança de sua titularidade, mantida em instituição do Sistema Financeiro Nacional; e

III - utilizar os créditos em outras finalidades, conforme estabelecido em regulamento da Secretaria da Fazenda.

§ 1º O depósito do crédito a que se refere o inciso II, deste artigo, somente poderá ser efetuado se o valor a ser creditado corresponder a montante mínimo conforme regulamento estabelecido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º Serão cancelados os créditos que não forem utilizados no prazo de doze meses, contados da data em que tiverem sido disponibilizados pela Secretaria da Fazenda.

§ 3º Não poderão utilizar os créditos os inadimplentes em relação a obrigações pecuniárias, de natureza tributária ou não-tributária, do Estado do Paraná.

§ 4º A utilização dos créditos ocorrerá conforme cronograma a ser estabelecido pela Secretaria da Fazenda.

§ 5º O IPVA, quando abatido ou quitado pelo crédito previsto no art. 2º, desta Lei, não poderá sofrer qualquer decréscimo quanto ao cálculo do percentual destinado aos municípios.

Art. 6º À Secretaria de Estado da Fazenda compete fiscalizar os atos relativos à concessão e utilização do crédito previsto no art. 2º, desta Lei, bem como à realização do sorteio a que se refere o inciso III do art. 4º, desta Lei, com o objetivo de assegurar o cumprimento do disposto nesta Lei e a proteção ao erário.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 1º No exercício da competência prevista no *caput* deste artigo, a Secretaria da Fazenda poderá, dentre outras providências:

I - suspender a concessão e utilização do crédito previsto no art. 2º, desta Lei e a participação no sorteio, a que se refere o inciso III do art. 4º, desta Lei, quando houver indícios de ocorrência de irregularidades; e

II - cancelar os benefícios mencionados no inciso I deste parágrafo, se a ocorrência das irregularidades for confirmada após procedimento administrativo, conforme regulamento estabelecido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º Os benefícios referidos no inciso I do § 1º deste artigo, serão suspensos, automaticamente, com a instauração do procedimento administrativo e, ante a não confirmação de irregularidades, serão restabelecidos ao final do procedimento, ressalvadas as hipóteses de participação em sorteios, a qual ficará prejudicada.

Art. 7º O Poder Executivo promoverá campanhas de educação fiscal com o objetivo de informar, esclarecer e orientar a população, especialmente em relação:

I - ao direito e dever de exigir que o fornecedor cumpra suas obrigações tributárias e emita documento fiscal válido a cada operação ou prestação;

II - ao exercício do direito de que trata o art. 2º desta Lei;

III - aos meios disponíveis para verificar se o fornecedor está adimplente com suas obrigações tributárias perante o Estado do Paraná;

IV - à verificação da geração do crédito relativo a determinada aquisição e do seu saldo de créditos; e

V - aos documentos fiscais e equipamentos a eles relativos.

Art. 8º A Secretaria de Estado da Fazenda deverá divulgar e disponibilizar, por meio da "internet", estatísticas do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná, incluindo-se as relativas à quantidade de reclamações e denúncias registradas em seu âmbito.

§ 1º As estatísticas de que trata o *caput* deste artigo poderão ser segregadas por atividade econômica preponderante e por fornecedores, inclusive com a indicação do nome empresarial, CNPJ e endereço.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º deste artigo, quando se tratar de reclamações e denúncias, as estatísticas versarão sobre apontamentos, registros e objetivos do



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

respectivo banco de dados, sem a realização de qualquer juízo de valor sobre as práticas ou condutas comerciais dos fornecedores nele catalogados, e não poderão conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

Art. 9º O estabelecimento fornecedor deverá informar ao consumidor a possibilidade de solicitar a indicação do número de seu CPF ou CNPJ no documento fiscal relativo à operação.

Parágrafo único. O estabelecimento indicado no *caput* deste artigo deverá afixar em pontos de ampla visibilidade a logomarca do Programa Nota Paranaense, na forma definida em Regulamento.

Art. 10. Ficarà sujeito à multa no montante equivalente a R\$ 1.000,00 (mil reais), por documento não emitido ou entregue, o fornecedor que deixar de emitir ou de entregar ao consumidor documento fiscal hábil, relativo ao fornecimento de mercadorias, bens ou serviços; sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação.

§ 1º Ficarà sujeito à mesma penalidade, por documento, o fornecedor que violar o direito do consumidor pela prática das seguintes condutas:

- I - emitir documento fiscal que não seja hábil ou adequado ao respectivo fornecimento;
- II - deixar de efetuar o Registro Eletrônico do documento fiscal na forma, prazo e condições estabelecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná;
- III - dificultar ao consumidor o exercício dos direitos previstos nesta Lei, inclusive por meio de omissão de informações ou pela criação de obstáculos procedimentais;
- IV - induzir, por qualquer meio, o consumidor a não exercer os direitos previstos nesta lei;
- V - deixar de afixar em pontos de ampla visibilidade a logomarca do Programa Nota Paranaense, na forma definida em regulamento;
- VI - deixar de informar ao tomador de serviço a possibilidade de solicitar a indicação do número de seu CPF ou CNPJ no documento fiscal relativo à operação.

§ 2º A multa de que trata este artigo será reduzida:

I - em se tratando de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em:

- a) 60% (sessenta por cento), se o autuado não tiver autuação;
- b) 45% (quarenta e cinco por cento), se o autuado tiver até dez autuações; e
- c) 30% (trinta por cento), se o autuado tiver entre onze e vinte autuações;

II - nos demais casos, em:

- a) 40% (quarenta por cento), se o autuado não tiver autuação;
- b) 30% (trinta por cento), se o autuado tiver até dez autuações; e
- c) 20% (vinte por cento), se o autuado tiver entre onze e vinte autuações.

§ 3º Para fins do disposto neste artigo serão consideradas, apenas, as autuações efetuadas nos 36 (trinta e seis) meses anteriores, desde que não tenham sido canceladas ou estejam sujeitas a recursos no âmbito administrativo.

§ 4º A multa de que trata este artigo poderá ser recolhida com redução de:

I - 50% (cinquenta por cento), no prazo de trinta dias, contado da notificação da lavratura do Auto de Infração - AI;

II - 30% (trinta por cento), no prazo de trinta dias, contado da notificação da decisão administrativa que julgar defesa do fornecedor interposta tempestivamente; e

III - 20% (vinte por cento), no prazo de sessenta dias, contado do trânsito em julgado da autuação no âmbito administrativo.

§ 5º Na hipótese de o fornecedor, relativamente à mesma aquisição, incorrer nas condutas previstas nos incisos III e IV do § 1º, deste artigo, ou praticar uma delas juntamente com qualquer outra infração prevista neste artigo, as penalidades serão aplicadas de forma cumulativa.

Art. 11. Os créditos a que se referem o art. 2º e o inciso IV do art. 4º, desta Lei, bem como os recursos destinados ao sorteio de prêmios previsto no inciso III, do art. 4º, desta Lei, serão contabilizados à conta da receita do ICMS.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À PL para providências.
Em, 29/02/15
Presidente



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 004/2015

Curitiba, 24 de fevereiro de 2015.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 26 FEV. 2015

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva criar o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal, conforme especifica:

Este programa substituirá o Nota Fiscal Paranaense, que não obteve o resultado esperado. O que se busca é a ampliação significativa da adesão das empresas e dos cidadãos, com a diversificação da forma de utilização do crédito, que poderá ser também mediante depósito bancário, pagamento do IPVA, além da realização de sorteio para distribuição de prêmios entre os participantes e a possibilidade de concessão de créditos a entidades filantrópicas, de forma a estimular a emissão de notas fiscais pelas empresas, aumentando a base de contribuintes e, por conseguinte gerando o aumento na arrecadação e a diminuição na sonegação.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o **Projeto de Lei nº 135, de 2015**, de autoria do PODER EXECUTIVO que *"dispõe sobre a criação do programa de estímulo a cidadania fiscal do Estado do Paraná e dá outras providências"*.

i. Relatório

Submete-se ao exame desta Comissão o PL nº 135, de 2015, de autoria do PODER EXECUTIVO, que objetiva criar o programa de estímulo a cidadania fiscal no Estado do Paraná.

Conforme se depreende da justificativa apresentada, o programa que busca ser implementado no Estado substituirá o "Nota Fiscal Paranaense", uma vez que este não vinha alcançando os resultados almejados.

Ainda, menciona que com as alterações ora previstas, busca-se *"uma ampliação significativa da adesão de empresas e dos cidadãos, com a diversificação da forma de utilização do crédito, que poderá ser também mediante depósito bancário, pagamento do IPVA, além da realização de sorteio para distribuição de prêmios entre os participantes e a possibilidade de concessão de créditos a entidades filantrópicas, de forma a estimular a emissão de notas fiscais pelas empresas, aumentando a base de contribuintes e, por conseguinte gerando o aumento de arrecadação e a diminuição na sonegação"*.

Em relação ao processo legislativo, até a corrente data não houve a apresentação de emendas, bem como uma vez encaminhado a esta Comissão foi designado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.



II. Fundamentação e voto

Nos termos do artigo 33-A¹ do RIALEP compete a esta Comissão de Constituição e Justiça emitir parecer acerca da constitucionalidade (formal e material), legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, das proposições em trâmite perante esta e.Casa Legislativa.²

Passando diretamente a análise, em relação ao proponente, o Poder Executivo é legítimo para apresentar Projetos de Lei conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65³) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124⁴).

Consigne-se, que a matéria ora versada no PL é de iniciativa privativa do Governador, uma vez que dispõe sobre atribuição de Secretaria, bem como, abarca matéria relativa a organização e funcionamento da administração estatal. Este entendimento decorre da simples leitura dos artigos 66 e 87 da Constituição Estadual, senão vejamos:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

[...]

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

E,

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

[...]

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Sobre o Controle de constitucionalidade prévio realizado por esta Comissão de Constituição e Justiça V. LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, o qual menciona em síntese que a Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Concluindo que "O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade".

³ Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo meu)

⁴ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838, de 15 de janeiro de 1997, que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

E,

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

[...]

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo; (g.n)

E,

Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

[...]

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária; (g.n)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.

Ademais, devemos observar que o Projeto de Lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 que determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e, *in casu*, foram cumpridos tais requisitos.



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. Ainda, o PL coaduna com o que determina a Lei Complementar Estadual nº 176, de 2014.

É O VOTO.

iii. Conclusão

Ante o exposto, concluo pela **APROVAÇÃO**, na Comissão de Constituição e Justiça, do **Projeto de Lei nº 135, de 2015**, de autoria do PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, em 03 de Março de 2015.

[Handwritten signatures and initials]

[Signature]
Dep. PEDRO LUPION
Relator

[Signature]
Dep. NELSON JUSTUS
Presidente da CCJ

APROVADO
03.03.15

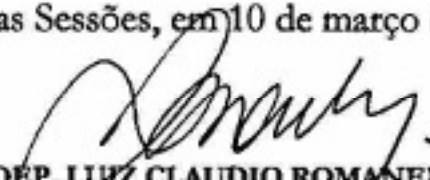


REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER REGIME DE URGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 135/2015 – ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 004/15, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná e da outras providências, conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno **REGIME DE URGÊNCIA** ao Projeto de Lei nº 135/2015 – oriundo da Mensagem nº 004/15, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná e da outras providências, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2015.


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
LÍDER DO GOVERNO



15:48 10/03/2015 000958 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 10/03/15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 135/15

Projeto de Lei nº. 135/2015

Autor: Poder Executivo

***Súmula:** Dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná e dá outras providências*

EMENTA: ESTÍMULO À CIDADANIA FISCAL. POSSIBILIDADE. LEGALIDADE. LEGITIMIDADE. APLICABILIDADE. ADEQUAÇÃO FINANCEIRA. FAVORÁVEL. LC Nº 101/2000.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Poder Executivo, através da mensagem nº 04/2015, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná, anteriormente à submissão à presente Comissão de Finanças foi detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, tendo parecer favorável na sessão do dia 03 de março de 2015, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-B.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-B, assim dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



Art. 33-B. Cabe à Comissão de Finanças manifestar-se:

I - sobre todas as proposições, inclusive as de outras comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública.

II - sobre atividades financeiras do Estado.

III - sobre matéria tributária, empréstimos públicos; e

IV - sobre matérias que disponham sobre a remuneração dos agentes políticos estaduais, incluindo os Secretários de Estado, os Magistrados e os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Ora, resta evidente que o presente projeto de lei, em especial por prever o acréscimo de receita ao estado, merece análise desta d. Comissão de Finanças.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento e alinhamento às normas que regem a constituição do sistema financeiro do Estado.

Nesse sentido, podemos citar a Constituição Federal:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

(...)

Nada obstante, abaixo da Constituição Federal, a principal norma que exige tal adequação é a Lei Complementar nº 101/2000, senão vejamos:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

Por isso, esse tem que ser o arcabouço normativo aplicado à presente análise, tendo em vista a competência da presente Comissão.

Assim sendo, considerando que da pormenorizada análise do projeto de lei em comento, tem-se que as medidas previstas possuem como principal escopo o acréscimo de receita aos cofres do Estado, restando dispensada a apresentação dos documentos dispostos no art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000:

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Portanto, os requisitos exigidos para a aprovação nesta comissão de finanças restam cumpridos, vez que atinentes à disposições constitucionais e legais existentes a regular o tema.

Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Finanças, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa.


Sala das Comissões, 11 de março de 2015.


Dep. Estadual TIAGO AMARAL

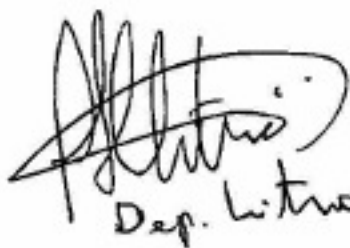
RELATOR


Dep. Estadual GILSON DE SOUZA

PRESIDENTE


Dep. Scamavaca


Dep. Elísio


Dep. Litro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 135/15

Projeto de Lei nº. 135/2015

Autor: Poder Executivo

Súmula: Dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná e dá outras providências

EMENTA: ESTÍMULO À CIDADANIA FISCAL. POSSIBILIDADE. LEGALIDADE. LEGITIMIDADE. APLICABILIDADE. ADEQUAÇÃO AO ARTIGO 33-M DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA. PARECER AFORAVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Poder Executivo, através da mensagem de lei nº 04/2015, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná, anteriormente à submissão à presente Comissão de Indústria e Comércio foi detidamente analisado pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças desta Casa de Leis, tendo pareceres favoráveis das comissões ora citadas, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-M.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio
O Regimento Interno da Assembleia



Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-M, assim dispõe:

Art. 33-B. Cabe à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se:

I - sobre todas e qualquer proposição relativa à indústria e comércio.

Ora, resta evidente que o presente Projeto de Lei, em especial por prever atribuições à indústria e ao comércio, merece análise desta Comissão de Indústria e Comércio.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento e alinhamento à norma de procedimento fiscal.

Nesse sentido, podemos citar à norma de procedimento fiscal 95/2009:

1. *Esta norma estabelece a expansão da obrigatoriedade à emissão de NF-e a partir de 2010, em substituição às Notas Fiscais modelo 1 e 1-A, utilizando como critério de enquadramento os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, gerando novos estabelecimentos obrigados e ficando plenamente mantidas as obrigatoriedades fixadas na Norma de Procedimento Fiscal – NPF nº 041/2009 e seus respectivos prazos, em decorrência dos quais os atuais estabelecimentos emissores de NF-e tornaram-se obrigados. Nova redação do item 1 dada pelo item 1 da NPF n. 058/2011 de 25/07/2011. Redação original dada pela NPF 095/2009 em vigor a partir de 21/10/2009: "Esta norma estabelece a expansão da obrigatoriedade à emissão de NF-e ao longo do ano de 2.010, em substituição às Notas Fiscais modelo*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Indústria e Comércio

*1 e 1-A, utilizando como critério de enquadramento os
códigos da Classificação Nacional de Atividades*



Econômicas – CNAE, gerando novos estabelecimentos obrigados e ficando plenamente mantidas as obrigações fixadas na Norma de Procedimento Fiscal – NPF nº 041/2009 e seus respectivos prazos, em decorrência dos quais os atuais estabelecimentos emissores de NF-e tornaram-se obrigados. 2. É obrigatória a utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) a que se refere o art. 1º do Anexo IX do RICMS/PR para os estabelecimentos empresariais paranaenses enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE descritos no Anexo Único, a partir da data indicada no referido anexo. 3. A obrigatoriedade a que se refere o item 2 aplica-se a todas as operações efetuadas pelos estabelecimentos obrigados ao uso de NF-e, ficando vedada a emissão de Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, ressalvadas as hipóteses previstas no item 4. 3.1. o contribuinte credenciado à emissão de NF-e que também for contribuinte do imposto sobre serviços de competência tributária dos Municípios e que possuir em seu estoque nota fiscal modelo 1 ou 1-A, devidamente autorizados pelo fisco, conforme a alínea "a" do § 1º do art. 206 do RICMS/PR, poderá utilizá-los exclusivamente para acobertar as prestações sujeitas ao imposto municipal enquanto não se esgotar o estoque, desde que autorizado esse procedimento pelo município de sua jurisdição e cuja data da concessão da AIDF seja anterior à data em que o contribuinte tornar-se obrigado à emissão de NF-e

(...)

Por isso, esse tem que ser o arcabouço normativo aplicado à presente análise, tendo em vista a competência da presente Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



Assim sendo, considerando que da detida análise do presente Projeto de Lei, tem-se que as medidas previstas não possuem acréscimo às atribuições já executadas no que tange a emissão de nota fiscal por parte da indústria e do comércio, mas sim e tão somente a presente proposta busca maior eficácia, ampliação e adesão da norma ora citada.

Portanto, os requisitos exigidos para a aprovação na presente comissão de Indústria e Comércio restam cumpridos, vez que atendentes à disposições constitucionais e legais existentes que regulam o tema.

Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o Projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Indústria e Comércio, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa.

Sala das Comissões, 16 de março de 2015.

Francischini
Dep. Estadual Felipe Francischini
RELATOR

[Signature]
Dep. Estadual Marcio Pauliki
PRESIDENTE

[Signature]

[Signature]

[Signature]